

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 2 /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-901-1

DOI 10.22533/at.ed.011211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

No ano de 2011 o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS lançou o documento *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*, em 2021 uma década depois, reunimos nessa coletânea a complexidade de experiências profissionais permeadas do caráter sociopolítico e interventivo do Serviço Social que refletem concepções e escolhas do cotidiano profissional.

O segundo volume apresenta 24 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Políticas Sociais no Brasil no contexto do Capital que apresenta dois artigos que tratam do aprofundamento do projeto ultraliberal e a exploração na relação capital e trabalho.

O segundo eixo temático coloca em evidência, através de quinze artigos, a temática do Serviço Social na Política de Assistência Social com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de controle democrático, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Centro de Referência de Assistência Social, Medida Sócio Educativa, Proteção Social Básica, População em Situação de Rua, e interlocuções com outras políticas setoriais a exemplo SUS e SUAS, atuação frente à Pandemia de Covid-19, dentre outras.

O terceiro eixo temático traz a discussão do Políticas Sociais e Enfrentamento da violência através dos cinco artigos, que tratam da Lei Maria da Penha, Feminicídio, Racismo, Rede de Proteção e Trabalho Intersetorial.

O quarto eixo temático: Serviço Social e Preparação para a Aposentadoria apresenta duas experiências de trabalho com esse público.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL NO CONTEXTO DO CAPITAL

CAPÍTULO 1..... 1

O APROFUNDAMENTO DO PROJETO ULTRALIBERAL E O SOFRIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Odair Dias Filho

Edvânia Ângela de Souza

DOI 10.22533/at.ed.0112115031

CAPÍTULO 2..... 16

A VIOLÊNCIA NA RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO NAS CENTRAIS DE TELEMARKETING

Maricelly Costa Santos

DOI 10.22533/at.ed.0112115032

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO 3..... 27

UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DAS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS NA ATUAÇÃO DAS/OS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Edístia Maria Abath Pereira de Oliveira

Catharina Cavalcanti de Melo

DOI 10.22533/at.ed.0112115033

CAPÍTULO 4..... 38

CONTROLE DEMOCRÁTICO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO CONTEXTO ATUAL

Jucileide Ferreira do Nascimento

Heleni Duarte Dantas de Avila

Clícia Carolaine de Jesus Alves

Celina dos Santos Almeida

Cleiton Lima de Oliveira Barbosa

Juliana dos Santos Carmo

Rodrigo Sales Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.0112115034

CAPÍTULO 5..... 48

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS

Haidée de Caez Pedroso Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.0112115035

CAPÍTULO 6..... 60

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE COARI, NO INTERIOR DO

AMAZONAS

Cristiane Andrade da Costa
Raimunda Nildes Pinheiro Moreira

DOI 10.22533/at.ed.0112115036

CAPÍTULO 7..... 70

A JUDICIALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Edinilza de Oliveira Toledo
Liliane Capilé Charbel Novais

DOI 10.22533/at.ed.0112115037

CAPÍTULO 8..... 79

OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA – CEARÁ

Leiliane Martinz de Oliveira
Márcia Cristina Barros de Oliveira
Luiza de Marillac Bernardo da Rocha Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.0112115038

CAPÍTULO 9..... 90

O SUAS E SUS NA REGIÃO DA AMEPAR E AS DEMANDAS GERENCIAIS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Eliane Christine Santos de Campos
Ana Cláudia Vieira Martins
Silvio Redon
Tihara Keli Maciel Siqueira Mantovani

DOI 10.22533/at.ed.0112115039

CAPÍTULO 10..... 107

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Karen Coutinho da Silva
Luciana Macedo Duarte
Tháís da Silva Zeca Bastos

DOI 10.22533/at.ed.01121150310

CAPÍTULO 11..... 122

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AOS IDOSOS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID 19: EXPERIÊNCIA DE UM CRAS

Marcia Liliane Barboza Kurz
Marisa Ighes Orsolin Morgan

DOI 10.22533/at.ed.01121150311

CAPÍTULO 12..... 133

A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PANDEMIA DO COVID-19: OS DESAFIOS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO BÁSICA

Karen Coutinho Pereira

Thaís da Silva Zeca Bastos

DOI 10.22533/at.ed.01121150312

CAPÍTULO 13..... 145

A DESPROTEÇÃO SOCIAL EM MOMENTOS DE CRISE E OS NOVOS DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PANDEMIA DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC

Fabiane Ribeiro

Hilton de Souza Zeferino

DOI 10.22533/at.ed.01121150313

CAPÍTULO 14..... 156

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CIDADÃOS AINDA INVISÍVEIS E OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL PARA GARANTIA DE DIREITOS

Gisele de Freitas Carvalho

Marcelo Ricardo Prata

DOI 10.22533/at.ed.01121150314

CAPÍTULO 15..... 166

SAÚDE MENTAL, VULNERABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA NO BRASIL: DO DIREITO À VIDA À MISTANÁSIA

Bárbara Monique Pereira da Silva Leal

Renata Fernandes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.01121150315

CAPÍTULO 16..... 176

O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS (GAP) DO CENTRO SUVAG DO RIO GRANDE DO NORTE

Gisleane Silva de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.01121150316

CAPÍTULO 17..... 188

O CENTRO INTEGRADO DE JUSTIÇA JUVENIL COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO ECA

Ana Margarida Barbosa Santos

Maria Betânia Silva Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.01121150317

POLÍTICAS SOCIAIS E ENFRETEAMENTO DA VIOLÊNCIA

CAPÍTULO 18..... 192

VIOLÊNCIA E LEI MARIA DA PENHA: A PERMANÊNCIA DA DOR

Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti

Carina Felix Bezerra

Kíssia Wendy Silva de Sousa

Maria Gabrielle Chaves Silva

Maria Gabriella Florencio Ferreira

Maria de Medeiros Martins
Marcelle Queiroz de Almeida
Ingrid Raissa Guerra Lins
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Paloma Lima dos Santos
Rafaela Leandro Pereira

DOI 10.22533/at.ed.01121150318

CAPÍTULO 19.....203

FEMINICÍDIO NO ESTADO DO PARÁ E SERVIÇO SOCIAL

Edilcinha de Sousa Cavalcante Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.01121150319

CAPÍTULO 20.....215

CULTURA, RELIGIÃO E RACISMO: RETRATOS DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Laryssa Sayury Garcia
Michelle Christina de Souza Matos
Brenda Luana Ribeiro Souza
Lilian Mendes Pereira Barros
Iris Tarcila da Conceição Baia
Solange Silva Souza

DOI 10.22533/at.ed.01121150320

CAPÍTULO 21.....222

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS DO TRABALHO INTERSETORIAL NA PERSPECTIVA DE GARANTIA DE DIREITOS

Ana Joice da Silva Peraro
Marusa Fernandes da Silva
Richardson Cramolichi

DOI 10.22533/at.ed.01121150321

CAPÍTULO 22.....233

REDE DE PROTEÇÃO À MULHER: ROMPENDO COM A VIOLÊNCIA, O SILÊNCIO E A INVISIBILIDADE

Josélia Barroso Queiroz Lima
Kíria Silva Orlandi
Aline Faé Stocco

DOI 10.22533/at.ed.01121150322

SERVIÇO SOCIAL E PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA

CAPÍTULO 23.....245

TRILHANDO NOVOS CAMINHOS: REFLEXÃO EM MOMENTOS DE CRISE

Carla Cristina Coelho Augusto Pepe
Thaysa Maria Ribeiro Garcia
Nelson Felix Lima Neto

Joyce Domingues da Silva Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.01121150323

CAPÍTULO 24.....	252
PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E APOSENTADORIA: PERSPECTIVAS DOS TRABALHADORES DO DEINFRA PARA ESSA NOVA FASE DA VIDA	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.01121150324	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	277
ÍNDICE REMISSIVO.....	278

A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PANDEMIA DO COVID-19: OS DESAFIOS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO BÁSICA

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 11/12/2020

Karen Coutinho Pereira

Faculdade Governador Ozanam Coelho
São Pedro da Aldeia – RJ
<http://lattes.cnpq.br/0954152870353280>

Thaís da Silva Zeca Bastos

Universidade Veiga de Almeida
São Pedro da Aldeia – RJ
<http://lattes.cnpq.br/6002622546130579>

RESUMO: O presente artigo visa contribuir para a análise do trabalho do Serviço Social em tempos de emergência social de pandemia global causado pelo vírus respiratório COVID-19, estabelecendo a correspondência do vivenciado em município do interior do Estado do Rio de Janeiro, na Região dos Lagos. Trazendo a realidade do cotidiano trabalhado e os impactos observados através das demandas encontradas nos equipamentos da política pública de assistência social, da proteção social básica, os Centros de Referência da Assistência Social. Buscou-se através do aparato teórico e legais a análise da prática profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia; Serviço Social; COVID-19; CRAS.

SOCIAL ASSISTANCE IN THE PANDEMIC OF COVID-19: THE CHALLENGES FOR THE WORK OF SOCIAL ASSISTANT IN BASIC PROTECTION

ABSTRACT: This article aims to contribute to the analysis of the work of Social Work in times of social emergency of a global pandemic caused by the respiratory virus COVID-19, establishing the correspondence of what was experienced in a city in the interior of the State of Rio de Janeiro, in the Lagos Region. Bringing the reality of the daily work and the impacts observed through the demands found in the equipment of the public policy of social assistance, of basic social protection, the Social Assistance Reference Centers. Through the theoretical and legal apparatus, the analysis of professional practice was sought.

KEYWORDS: Pandemic; Social service; COVID-19; CRAS.

1 | INTRODUÇÃO

A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus que se alastrou pelos continentes. O primeiro caso oficial aconteceu na cidade de Wuhan, na China, no mês de dezembro de 2019. Segundo as Organizações das Nações Unidas, o vírus é transmitido por meio de gotículas de espirro, tosse ou ao exalar, por toque nos olhos, boca e nariz. Por esta característica, que facilita a promulgação do vírus, o contágio se dá rapidamente, assim como sua difusão. Em um período, onde

estamos cada vez mais conectados, seja por aeroportos ou por traslados de mercadorias, facilmente o que foi controlado na China, se espalhou para outros continentes, tomando todo o Mundo.

O primeiro caso de COVID-19 no Brasil, aconteceu em fevereiro de 2020, por um homem, 61 anos, paulistano, que havia retornado da Itália. Desde então, oito meses depois, o Brasil registra mais de cinco Milhões de casos, no estado do Rio de Janeiro mais de Duzentos Mil casos, números contabilizados pelas Organizações das Nações Unidas, rejeitando as subnotificações respiratórias. Hoje o Brasil está na terceira posição dos países com mais casos do coronavírus, atrás apenas de Estados Unidos e Índia.

Desde o início da pandemia, a política pública federal se deu através de um negacionismo da doença e das medidas que deveriam ser tomadas para se evitar o contágio em massa. Desprezando o isolamento social, as diretrizes da OMS, negando a população políticas públicas efetivas, priorizando a economia, indo na contramão dos países que tiveram um impacto maior anteriormente.

No Estado do Rio de Janeiro, a negligência seguiu o mesmo panorama, assim como as cidades do interior, onde a política de resposta a emergência social de pandemia global se deu principalmente através das distribuições de benefício eventual de cestas básicas.

Os Centros de Referência da Assistência Social, equipamento da proteção social básica, auxiliou nas inscrições da população usuária do auxílio emergencial de 600,00 disponibilizados pelo Governo Federal, além do aumento exponencial da procura pelo benefício eventual da cesta básica, do aprofundamento das desigualdades, do encarecimento dos produtos básicos alimentares, o aumento do contingente de desempregados e subempregados, lidando diariamente com essas demandas reais da população usuária.

Abordaremos a temática trazendo uma discussão introdutória sobre a política de Assistência Social no contexto da pandemia do COVID-19, destacando os aspectos centrais a que tivemos - e ainda temos - contato no exercício profissional para execução da política e atendimento das necessidades da população usuária. Entretanto ressaltamos que não temos pretensão de encerrar aqui esta análise, mas apenas de apontar alguns elementos para iniciar o debate e reflexão da categoria.

Sendo assim, este artigo irá discorrer sobre três eixos de análise principais: os marcos legais da política de assistência social e sua constituição enquanto política de seguridade social; a relação dessa política social com o Serviço Social; e o trabalho realizado desde o início da pandemia, trazendo à tona alguns desafios identificados no que se refere ao atendimento à população em situação de vulnerabilidade social neste contexto.

Pretende-se então desta forma, expressar o papel do trabalho do Serviço Social, na condição de garantidor de direitos, em um contexto social de pandemia, inserido no interior do Estado, estando na ponta dos serviços prestados.

21 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM CONTEXTO DE CALAMIDADE PÚBLICA

A política de Assistência Social foi reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado a partir da Constituição de 1988, sendo incluída no tripé de Seguridade Social junto às políticas de Saúde e de Previdência Social. Antes disso, era praticada apenas através da filantropia, caridade e/ou benesses, mantendo sempre um caráter assistencialista e conservador. A nova Constituição inaugura esta política como não-contributiva, de responsabilidade estatal, devendo ser ofertada a quem dela necessitar.

Apesar de regulamentada somente em 1993 com a promulgação da sua Lei Orgânica (LOAS), esta política tem se constituído enquanto fruto de lutas dos movimentos sociais. Dessa forma, a constituição se deu firmada nas diretrizes da descentralização, participação da população e primazia da responsabilidade do Estado. Em 2011 passou a integrar no escopo da lei o Sistema Único de Assistência Social bem como seu avanço no que tange às suas responsabilidades, competências, definição de padrões de atendimento, tipos de proteção social e equipamentos públicos de assistência social, além de trazer importantes avanços no que se refere à gestão de recursos e competências dos municípios, estados e União.

Mota, Maranhão e Sitcovsky (2010, p.190) apontam dois aspectos que merecem ser destacados na constituição do SUAS:

A possibilidade de superar a histórica cultura assistencialista brasileira, levada a efeito pelo patrimonialismo da classe dominante, cujos traços principais são a ideologia do favor, da ajuda, da dádiva, aliados às práticas fisiológicas e ao nepotismo; a outra refere-se à superação da ideologia da caridade e do primeiro-damismo através da criação de parâmetros técnicos e da profissionalização da execução da Assistência Social, como dão indícios as competências requeridas para a implementação da proposta.

A Assistência Social, desde a origem do Serviço Social, se constituiu como espaço de atuação dos assistentes sociais, muitas vezes até se confundindo com a identidade profissional. No entanto, se faz necessário enfatizar a distinção entre a profissão de nível superior, regulamentada através de lei e orientada por um Código de Ética e a Política de Assistência Social.

A identidade da profissão não é estática e sua construção histórica envolve a resistência frente às contradições sociais que configuram uma situação de barbárie, decorrentes do atual estágio da sociabilidade do capital em sua fase de produção destrutiva, com graves consequências na força de trabalho. A política de Assistência Social, por sua vez, comporta equipes de trabalho interprofissionais, sendo que a formação, experiência e intervenção histórica dos/as assistentes sociais nessa política social não só os habilitam a compor as equipes de trabalhadores/as, como atribuem a esses/as profissionais um papel fundamental na consolidação da Assistência Social como direito de cidadania (CFESS, 2011).

Apesar da importância da distinção entre a política social e a profissão, ocupamos um lugar determinante na gestão e na execução da assistência social, o que acaba refletindo na própria Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB RH-SUAS) com a instituição dos assistentes sociais como parte das categorias profissionais que compõem obrigatoriamente as equipes de referência em todos os níveis de proteção social.

A Constituição Federal de 1988, no que tange contexto de calamidade pública, estabelece que em tais momentos o Estado, pode ocupar de forma temporária ou permanente bens e serviços públicos, assim como, a abertura de créditos extraordinários. Instituído assim, uma forma de articulação de medidas propositivas nesses momentos supracitados.

Na LOAS, os benefícios eventuais preconizam os momentos de calamidade pública, que devem ser ofertados de modo suplementar e provisório. Estabelecido na tipificação dos serviços socioassistenciais, o serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências, é um serviço que promove apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais. Com caráter intersetorial, devendo ser realizado de forma articulada e com a participação de outros órgãos públicos.

Normalmente, momentos de calamidades públicas ocorrem de forma abrupta, entretanto, em algumas situações é possível prevê-las e realizar as intervenções necessárias como previsto nas legislações, para que assim, as respostas sejam mais contundentes. No entanto, no Brasil, tais momentos só reforçam o desastre de um Estado mínimo.

Acerca deste, Dutra (2020) ressalta:

Seu enfrentamento envolve tornar visível a ausência de infraestrutura mínima para a efetivação de procedimentos básicos necessários à contenção da proliferação do vírus em uma parcela significativa da população; a existência de um número elevado de habitações precárias, nas quais se amontoam famílias inteiras até, em seu aspecto extremo, a total ausência de um lugar para morar. Acrescenta-se, ainda, a luta diária pela sobrevivência. Em tempos em que a informalidade atinge 41,1% dos trabalhadores, de acordo com dados do IBGE (LOSCHI, 2020), o questionamento sobre a viabilidade das saídas individuais, indicadas como principal recurso para a proteção em tempos de pandemia, apresenta-se como elemento central. Em conjunto, tais medidas acabam por reforçar a desigualdade social, tendo em vista que não atingem o conjunto da população, e mantém o distanciamento social como privilégio de poucos, deixando muitas pessoas em um dilema entre a proteção, de cunho individual, e a sobrevivência.

Pensar a ação profissional para além da imediatividade do cotidiano é ainda mais importante quanto em outros momentos pois são nesses cenários de barbárie que o obscurantismo e a ineficácia das políticas adotadas pelo Estado burguês vêm à tona.

Por mais limitadas que sejam as condições materiais para se viver a vida

e fazer história, ao ser humano sempre cabe escolha entre alternativas que são construídas mediante ações, limitadas a contextos históricos, mas que materializam valores e rumos diferentes para a humanidade. Queremos chamar a atenção para o fato de que o exercício profissional individual de cada profissional dá materialidade a valores éticos e coloca a sociedade em movimento. Isto porque cada ação individual determina a totalidade das relações, e estas influenciam as ações individuais (LACERDA, 2014).

A partir desse pressuposto, o fazer profissional diante do estado de calamidade pública, no exercício da atuação do serviço social nesse contexto, é de extrema complexidade. Ainda que com a falta do Estado, da dificuldade da articulação com outras políticas, da burocracia da coisa pública, do aprofundamento das desigualdades sociais, das variadas e novas expressões da “questão social”, o fazer profissional deve acontecer em consonância com os princípios do código de ética, buscando a defesa intransigível dos direitos sociais, a emancipação, a liberdade, a equidade e a justiça social.

Quanto a intervenção profissional, Barroco apud Iamamoto (2010) ressalta que:

Pode tornar-se intelectual orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes; Pode orientar a sua atuação reforçando a legitimação da situação vigente ou reforçando um projeto político alternativo, apoiando e assessorando a organização dos trabalhadores, colocando-se a serviço de suas propostas e objetivos (IAMAMOTO, 1982, p. 96).

O próprio Código de Ética do assistente social (1993) trata como um dever dos profissionais a atuação em “programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.”

31 DESAFIOS PARA O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A pandemia tem impactado de diferentes formas a vida da população usuária, assim como o cotidiano dos trabalhadores do SUAS sob as características de um país subdesenvolvido, explorado pelo capital imperialista, que no cenário atual, acentuam cada vez mais a desigualdade e a exploração dos trabalhadores. Tais questões além de exponenciar as demandas trazidas pelos usuários da política de assistência social trazendo à tona as condições em que vive a maior parte da população pobre do país também revela a centralidade que a Assistência Social vem tomando na Seguridade Social uma vez que quando acirradas as crises do capital vemos essa política suprimindo as necessidades daqueles excluídos do trabalho formal. Conforme aponta Sitovsky (2010, p. 156) nessas circunstâncias a assistência social tem incidência sobre “os miseráveis, desempregados, desqualificados para o trabalho, os trabalhadores precarizados, além dos tradicionalmente considerados inaptos para as tarefas laborais.”

Com a pandemia do Covid -19 e as medidas de isolamento tomadas logo quando decretado situação de calamidade pública ficaram evidentes todas essas questões, tão

naturalizadas cotidianamente pela sociedade. Conforme apontam Dutra e Siqueira (2020, p.290) “a pandemia no Brasil expõe as inúmeras expressões da “questão social”, entre elas o acesso ou não ao trabalho, a moradia, ao saneamento (água e esgoto), aos serviços públicos de saúde, de assistência social, de educação.”

Sendo assim, alguns desafios foram postos às gestões municipais do SUAS, e, conseqüentemente aos seus trabalhadores uma vez que através de decreto presidencial a política de assistência social foi determinada como serviço essencial à população, ao mesmo tempo em que a forma mais eficaz de conter a disseminação do vírus é o isolamento social.

De acordo com a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais são três os serviços executados pela Proteção Social Básica ofertados no CRAS: o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos; e, principalmente o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) pois ocupa a “espinha dorsal” do trabalho social com famílias, devendo manter articulação com os demais serviços executados.

Considerando a Nota técnica lançada pela gestão SUAS do estado do Rio de Janeiro em 17 de março, com recomendações e sugestões para que os municípios tomassem medidas para contenção da disseminação do vírus na execução dos serviços da assistência, dentre as quais destacamos: suspensão das atividades coletivas executadas com o intuito de evitar a aglomeração de pessoas bem como as Visitas técnicas de Acompanhamento Familiar no âmbito do PAIF, Visitas Técnicas relacionadas ao Cadastro Único e ao Programa Bolsa Família.

No âmbito municipal também verificamos a contraditória subalternidade da política de assistência social, muitas vezes deixada de lado nos gabinetes de crise construídos nas gestões de municípios de médio e pequeno porte para a construção de estratégias de enfrentamento ao COVID e atendimento da população, o que acaba evidenciando a dificuldade de um trabalho intersetorial como um dos instrumentos para a implementação de uma política pública de seguridade social.

Pesquisa recente realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) faz uma análise sobre os impactos do Coronavírus na vida dos profissionais que atuam na execução da política de assistência social, trazendo a percepção dos mesmos sobre os impactos da pandemia em seu trabalho. Esta pesquisa traz dados importantes para análise, revelando que: 90,66% dos trabalhadores que responderam o questionário tem medo do coronavírus; 61,50% não se sentem preparados para lidar com esta crise; apenas 38,50% acredita ter recebido equipamentos de proteção individual (EPI) sendo que 36,67% dos respondentes acreditam que a qualidade dos equipamentos recebidos é entre Excelente e Boa; já em relação a treinamento e formação para lidar com a pandemia apenas 12,98% afirmou ter participado de treinamento ou que recebeu algum tipo de direcionamento sobre como deveria atuar.

Tais dados demonstram que, embora os profissionais - entre estes os assistentes sociais - sejam chamados a atuar neste momento de calamidade pública, somos tomados pelo medo, que somados às precárias condições de trabalho já vivenciadas no cotidiano e exacerbada neste contexto. Com ou sem medo não temos chance de recuar, o que pretendemos abordar aqui são os desafios que se colocam e as estratégias construídas.

Sendo assim, não podemos analisar a profissão de serviço social descolada do contexto histórico de extrema ofensiva neoliberal e neoconservadora atual onde as consequências da política macroeconômica do capital atingem os modos de vida e de trabalho da classe trabalhadora, e, como parte da classe trabalhadora os assistentes sociais também sofrem com os intensos rebatimentos do capital em seu exercício profissional determinando a precarização das relações de trabalho.

A realização do trabalho no início da pandemia do coronavírus, é marcada pelo grande aumento da demanda, principalmente com requisição de benefício eventual por insegurança alimentar num momento em que não havia ainda garantia de nenhum auxílio ou transferência de renda aos desempregados, autônomos ou informais. Dessa forma, como atender a população em vulnerabilidade? Como realizar o atendimento e o acompanhamento das famílias garantindo a segurança dos trabalhadores?

A estratégia inicial adotada foi direcionada prioritariamente ao atendimento dos usuários através do atendimento particularizado e acompanhamento das famílias do PAIF de forma remota, através de contato telefônico e utilização das redes sociais para orientação das famílias e atendimento das suas necessidades. Quando não foi possível fazer o atendimento à distância as famílias recorriam ao atendimento presencial para resposta às suas demandas.

Outro ponto importante foi o constante contato através de grupo nas redes sociais com os idosos que participavam dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para que não se agravasse o isolamento social vivenciado por muitos deles. Através desse canal fomos capazes de orientá-los a respeito das medidas de prevenção ao vírus, acesso a benefícios, encaminhamento para serviços de saúde e de saúde mental, dentre outros.

Quanto ao benefício de cesta básica, a grande demanda por acesso ao benefício eventual acaba agravando a situação já vivenciada na assistência social no que se refere ao insuficiente número de cestas básicas ofertados à população fora da pandemia e agravado ainda mais neste contexto, ocasionando longas filas de espera pelo mesmo e a necessidade de constante avaliação socioeconômica das famílias realizada principalmente pelos assistentes sociais que atuam nos CRAS.

Com escassos recursos e investimentos, a gestão municipal teve que se reorganizar para a compra de um número muito maior de cestas básicas e todo processo licitatório na gestão pública tem morosidade, não atendendo à imediatividade e urgência das respostas às necessidades das famílias que requisitaram o benefício eventual cesta básica.

Outra questão relevante se refere à forma com que as equipes deveriam fazer

as entregas destes benefícios evitando aglomeração de usuários, o trânsito e o fluxo de pessoas nos transportes públicos de forma a não expor os usuários e nem os trabalhadores ao contágio pelo vírus. Sendo assim, o meio adotado pela gestão municipal para realizar as entregas das cestas básicas foi através das visitas domiciliares mesmo diante da insegurança dos profissionais diante dos riscos de disseminação da doença.

Outro benefício ofertado neste momento, foi o Auxílio Emergencial, instituído pela Lei nº 13.982, de 2020, como forma de resposta às demandas sociais aguçadas pela pandemia, após as medidas de isolamento e distanciamento social adotadas, culminando assim em necessidades profundas e respostas rápidas. Dessa forma, a implementação do benefício se deu de maneira turbulenta, vista a grande necessidade da população e a falta de preparo do Governo e Caixa Econômica Federal (CEF) para a implementação de um serviço tão complexo de renda para a população.

O público alvo do auxílio emergencial foram os usuários da política de assistência social, beneficiados pelo Programa Bolsa Família e os inscritos no Cadastro Único (CADÚNICO), e os trabalhadores informais, e pequenos e microempreendedores (MEI).

A partir da sua implementação, os beneficiários do Bolsa Família, e famílias inscritas no CadÚnico foram os primeiros a receberem a quantia referente ao auxílio, no seu primeiro momento, mil e duzentos reais para famílias onde havia mães chefes de família e seiscentos reais para os demais. Podendo acumular até dois benefícios em uma só família. Sendo assim, uma família composta por uma mãe chefe de família poderia acumular em até mil e oitocentos reais, teto máximo para uma família beneficiária do auxílio emergencial.

Neste contexto, observamos que famílias usuárias da política de assistência social, acompanhadas sistematicamente pelo PAIF e beneficiárias do Programa Bolsa Família, que antes da pandemia vivenciavam a insegurança alimentar e por isso requisitavam mensalmente benefício eventual de cesta básica, com o recebimento do auxílio emergencial conseguiram manter a sua subsistência, o que acaba evidenciando a necessidade de uma renda mensal básica para as famílias pobres. Tais famílias voltam a engrossar as filas para acesso ao benefício eventual cesta básica no momento em que é reduzido o valor do auxílio emergencial para um auxílio residual complementar ao benefício do programa Bolsa Família, que pode chegar até trezentos reais.

Contrário a este cenário, em vários momentos constatamos a dificuldade do acesso ao auxílio emergencial para usuários não inscritos no CadÚnico, seja no contingente de indivíduos em filas que dobravam quarteirões ou nas políticas de proteção social para auxílio na realização de cadastro, para entendimento das informações que muitas vezes divergentes dos critérios estabelecidos, calendário de recebimento - até hoje difíceis de serem entendidos, com várias parcelas e vários grupos de recebimento -, e dificuldades com o aplicativo.

Na implementação e execução do auxílio emergencial os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), não tiveram nenhum tipo de diálogo facilitado com

a gestão do serviço no âmbito federal, o que acabou dificultando o atendimento pois não conseguimos garantir informações precisas e assim orientar de forma correta os usuários que não tiveram o deferimento do benefício. No cotidiano do trabalho somos surpreendidos com diferentes informes do Ministério da Cidadania tentando responder essas lacunas. Diante das dificuldades dos usuários, os profissionais se veem até o momento tentando “decifrar” os motivos de indeferimento de benefícios.

Além disso, o acesso do usuário para contestação é bastante complicado, com uma grande burocracia envolvida no processo que deve ser feito por meio da Defensoria Pública da União, e através de atendimento remoto nos municípios em que inexistente o órgão. O acesso é tão difícil de ser realizado, que o que aparenta é que, de fato, esta seja a ideia. Ou seja, supõe-se que o objetivo de toda essa dificuldade é de que os usuários não consigam acessar o próprio benefício.

Conforme lembram as pesquisadoras Dutra e Siqueira apesar do crescente uso de smartphones e acesso à internet:

O Brasil ainda não superou o analfabetismo, uma das principais evidências da desigualdade social. Estes fatores dificultam significativamente o uso de aplicativos e de outros canais apresentados como ferramentas de cadastro para acesso aos programas, configurando-se como parte da política do (não) direito exercida pelo Estado, a qual precisa ser denunciada em todas as instâncias, na busca por alternativas que permitam o acesso amplo e irrestrito da população aos seus direitos. (DUTRA & SIQUEIRA, 2020, p.296).

Anteriormente à pandemia já enfrentávamos uma grande sobrecarga de trabalho no que se refere ao acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefício assistencial previsto na LOAS e que é concedido ao idoso acima de sessenta e cinco anos de idade ou pessoa com deficiência. Ocupando principal demanda nos atendimentos nos CRAS desde a exigência de inscrição no CadÚnico e, ainda maior, com a implantação do INSS Digital pois na dificuldade de acesso por internet ou central de atendimento por telefone os usuários têm recorrido constantemente ao atendimento técnico no equipamento para orientações, requisição do benefício e acompanhamento da solicitação.

Com o déficit de trabalhadores do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), e o grande contingente de solicitações - anteriores a pandemia -, que permaneceram por meses em filas, com os benefícios em análise, ocorreram mudanças no período de pandemia. A Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, alterou os parâmetros para a elegibilidade ao benefício considerando-se pessoa incapaz cuja renda mensal per capita seja igual ou inferior a 1/2 do salário-mínimo e a promulgação da antecipação no valor de seiscentos reais para os usuários que aguardavam análise do benefício. Caso o mesmo seja deferido após o retorno do atendimento das agências do INSS e realização das avaliações sociais e, principalmente das perícias médicas os usuários terão o desconto desses valores. Já nas situações de indeferimento não será possível a devolução dos valores recebidos.

Logo, as equipes dos CRAS, compostas principalmente por assistentes sociais, desempenham papel importante na orientação e auxílio das famílias para garantia do direito à renda dos usuários, na satisfação das suas necessidades imediatas e na articulação e encaminhamento para outras políticas públicas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como proposta desvelar o cotidiano profissional do assistente social inserido na política de assistência social, trazendo os desafios para o trabalho realizado na proteção básica frente à pandemia do COVID-19, no interior do Estado do Rio de Janeiro, na Região dos Lagos. Assim sendo, compartilharemos considerações sobre o tema.

Portanto, este trabalho retrata a sistematização da experiência profissional em cenário atípico, tornando imprescindível a elaboração do mesmo. Buscou-se debruçarmos nos parâmetros teóricos na busca pela defesa do Estado democrático de direito, da autonomia profissional, em consonância com o código de ética profissional, mesmo em uma atuação sem, em muitos momentos, obtermos onde nos pautar quanto a execução dos serviços, ainda, contudo, procurando escapar de um trabalho assistencialista e pontual, limitando os serviços apenas às necessidades aparentes devido ao contexto.

A resposta a COVID-19 em todo o território nacional, visto os números, a forma de organização dos serviços, os dados coletados até o momento, reforçam a premissa de que as políticas adotadas frente a pandemia não foram eficazes. O reflexo é concreto na vida dos usuários, evidenciado nas famílias que não eram atendidas pela assistência social e passaram a buscar atendimento e a satisfação das suas necessidades, principalmente no que se refere ao benefício eventual cesta básica e orientações sobre o auxílio emergencial.

Muitos desafios estão postos para a atuação profissional, dentre eles destacamos: a precarização do trabalho agravada por estarmos imersos nesta pandemia lidando diretamente com as necessidades da população usuária que deveriam ser supridas imediatamente; a execução do trabalho sem os devidos equipamentos de proteção individual (EPI) para atuarmos de forma segura; a ausência de recursos e investimentos necessários à execução da política de assistência social; a falta de planejamento e de preparo para atuar neste contexto de calamidade pública que fazem com que os atendimentos não sejam planejados e remodelados conforme tentativa/erro e de acordo com as demandas apresentadas e recursos disponíveis no momento.

Mas precisamos ir além de quantificar os desafios e definir estratégias de luta, de resistência e de atendimento de qualidade à população usuária. Se aprendermos com esta experiência que ainda está em curso, teremos a chance de transformar todo o conhecimento que assistentes sociais possuem sobre a realidade social das famílias que atendemos e dos territórios em que vivem em construção de políticas públicas que realmente atendam

às suas necessidades.

É imprescindível o fortalecimento da Seguridade Social enquanto modelo de proteção social, e não a realidade que lidamos hoje com três políticas que pouco se articulam e respondem às necessidades dos seus usuários. Nem mesmo numa crise de saúde pública como esta conseguimos articulação com os serviços de saúde para auxílio no controle e orientação das famílias contaminadas ou na prevenção da contaminação pelo vírus nos diferentes territórios.

No cotidiano profissional, a luta por melhores condições de trabalho tem se atrelado à luta por uma política de assistência social de qualidade, suprindo as necessidades daqueles que a acessam. Salientamos assim a importância dos profissionais de serviço social retomarem seu espaço nos trabalhos de base, na construção e/ou no fortalecimento de fóruns de usuários da política de assistência social para defesa da política enquanto direito. Outro ponto é a articulação com os movimentos sociais presentes nos territórios de abrangência dos CRAS, para que a defesa desta política ultrapasse os muros da atuação profissional e represente, acima de tudo, os interesses da população usuária.

No que tange à busca por melhores condições de trabalho é essencial a união dos trabalhadores do SUAS, ocupando espaços no controle social e na arena política dos municípios para que a política de assistência social transponha o lugar do favor e do assistencialismo historicamente atribuído.

A materialização do projeto ético-político é a maior possibilidade de trabalho que os assistentes sociais podem ter. É preciso definir os próprios objetivos da atuação profissional na política de assistência, necessitamos de projetos e ações de pesquisa e de intervenção para além dos objetivos da política.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: Fundamentos ontológicos**, 8ª ed, São Paulo. Editora Cortez, 2010.

BRASIL, Presidência da República. **LEI Nº 13.982, 02 de abril de 2020**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm> Acesso em 09/11/2020.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil. 1998**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 09/11/2020.

BRASIL, Presidência da República. **LEI Nº 8.742, 07 de dezembro de 1993**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm> Acesso em 09/11/2020.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**, 2014. Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf> Acesso em 09/11/2020.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS 2004 / Norma Operacional Básica - NOB-SUAS**. Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf> Acesso em 09/11/2020.

CFESS, CONSELHO FEDERAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8662/93. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em 09/11/2020.

CFESS, CONSELHO FEDERAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Atribuições privativas do assistente social: em questão**. 1ª ed, 2012.

LACERDA, Lélica Elis P. de. **Exercício profissional do assistente social: da imediaticidade às possibilidades históricas**. Serv. Soc. Soc. no.117 São Paulo Jan./Mar. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000100003> Acesso em: 12/11/2020.

LOTTA, Gabriela; MAGRI, Giordano; LIMA, Débora Dossiatti de; LIMA-SILVA, Fernanda; Corrêa, Marcela; Beck, Amanda. **A pandemia de covid-19 e os profissionais da assistência social no Brasil**. FGV/NEB. Jun, 2020.

MOTA, Ana Elizabeth (ORG), Maranhão e Sitcovsky. **O mito da assistência social: Ensaio sobre Estado, política e sociedade**. 4ª ed, São Paulo: Cortez, 2010.

VALÊNCIO, Norma; OLIVEIRA, Celso Maran de (ORG). **COVID-19: Crises entremeadas no contexto de pandemia (antecedentes, cenários e recomendações)**. São Carlos: UFSCAR/CPOI, 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aposentadoria 51, 53, 77, 148, 166, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Assistente social 34, 35, 36, 57, 59, 65, 83, 90, 91, 92, 93, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 115, 116, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 128, 130, 132, 133, 137, 142, 144, 156, 158, 164, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 201, 211, 212, 213, 220, 249, 254, 256, 275, 276

Ato infracional 113, 114, 115, 188, 189, 191

B

Benefício de prestação continuada (BPC) 63, 84, 141

C

Cadastro único 84, 87, 138, 140, 154, 172

Capitalismo monopolista 16, 26, 28, 106, 109

Centro de referência especializado da assistência social (CREAS) 108

Código de ética profissional 142

Conselhos de assistência social 38, 39, 41, 43, 47

Coronavírus 133, 134, 138, 139, 145, 148, 152, 154

Covid-19 122, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 250

D

Desigualdade social 56, 77, 94, 100, 136, 141, 163, 166, 217, 242

Direitos humanos 2, 13, 35, 61, 64, 66, 79, 82, 89, 119, 157, 167, 174, 187, 190, 194, 195, 196, 201, 228, 234, 256

Direitos sociais 3, 13, 30, 31, 33, 36, 40, 50, 54, 55, 61, 72, 73, 77, 80, 81, 82, 85, 87, 88, 94, 106, 109, 120, 121, 123, 124, 130, 131, 137, 147, 150, 165, 211, 223, 231, 238, 241, 254, 277

E

Envelhecimento 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 247, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 272, 273, 276

Espaço sócio ocupacional 115

Estágio curricular obrigatório 253

F

Feminicídio 193, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 211, 213, 214, 216, 223, 226

G

Grupos de convivência 122, 123, 125, 127

I

Idoso 45, 63, 68, 71, 76, 80, 82, 83, 84, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 141, 172, 247, 255, 257, 270, 274, 275

Índice de desenvolvimento humano (IDH) 84, 100

Invisibilidade 150, 233, 235, 243

J

Judicialização 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78

L

Lei Maria da Penha 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 204, 205, 213, 215, 216, 218, 219, 221, 223, 225, 226, 228, 232, 238, 239

Lei orgânica da assistência social (LOAS) 42, 52, 63, 80, 84, 124, 175

M

Marx 3, 8, 15, 17, 18, 19, 20, 26, 34, 37, 49, 58, 77, 78, 109, 120, 183, 232

Marxismo 6, 31

Medidas protetivas 113, 148, 150, 219, 226, 228, 238, 239

Mínimos sociais 95, 114, 150, 152, 167, 168, 169, 170, 174, 175

Movimento de reconceituação 29, 110, 183

P

Política de assistência social 27, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 54, 55, 62, 63, 65, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 104, 114, 116, 124, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 143, 145, 151, 211, 230

Política nacional de assistência social (PNAS) 41, 68, 81, 150

Políticas públicas 2, 3, 5, 11, 12, 30, 60, 63, 64, 65, 68, 73, 77, 78, 80, 81, 91, 94, 98, 100, 104, 105, 114, 123, 125, 127, 130, 134, 142, 150, 152, 153, 156, 158, 162, 163, 178, 193, 196, 198, 201, 203, 205, 209, 211, 214, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 235, 241, 243, 244, 247, 252, 255, 256

Políticas sociais 1, 12, 27, 30, 36, 37, 39, 40, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 70, 71, 75, 77, 85, 91, 92, 93, 96, 100, 104, 105, 106, 108, 111, 120, 145, 154, 158, 163, 166, 212, 213, 234

População em situação de rua 102, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Programa bolsa família 48, 54, 55, 58, 138, 140, 154

Projeto de extensão 233, 234, 235, 237, 238, 242, 277

Proteção social básica 63, 79, 81, 82, 101, 102, 114, 122, 125, 127, 129, 131, 133, 134, 137, 138, 154, 172, 173, 230

Q

Questão social 8, 28, 29, 30, 36, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 71, 77, 78, 80, 89, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 120, 121, 126, 137, 138, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 171, 182, 184, 187, 200, 212, 220

R

Racismo 2, 215, 216, 217

Redemocratização 46, 166, 235

Reestruturação produtiva 16, 17, 21, 22, 25, 53

S

Saúde do trabalhador 3, 14, 95, 245, 246, 249, 251

Saúde mental 12, 128, 139, 154, 164, 166, 171, 277

Seguridade social 3, 30, 40, 43, 52, 59, 62, 63, 70, 71, 76, 80, 81, 87, 95, 104, 124, 134, 135, 137, 138, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 167, 170, 171, 229, 247

Serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) 81, 138

Serviço social 1, 16, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 47, 48, 49, 57, 58, 59, 69, 89, 92, 93, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 117, 120, 121, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 143, 156, 157, 163, 164, 165, 174, 175, 176, 177, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 201, 203, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 245, 248, 249, 250, 251, 253, 256, 274, 275, 276, 277

Sistema único de assistência social - SUAS 124

Sofrimento do trabalhador 4

T

Totalitarismo 3

V

Vínculos familiares 81, 125, 127, 150, 158, 159, 162, 163

Violência 4, 8, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 83, 100, 112, 113, 114, 126, 157, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Violência contra a mulher 193, 195, 197, 198, 199, 209, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 223, 224, 226, 227, 231, 235

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

Atena
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021